



# RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Previdência



Confederação Nacional da Indústria

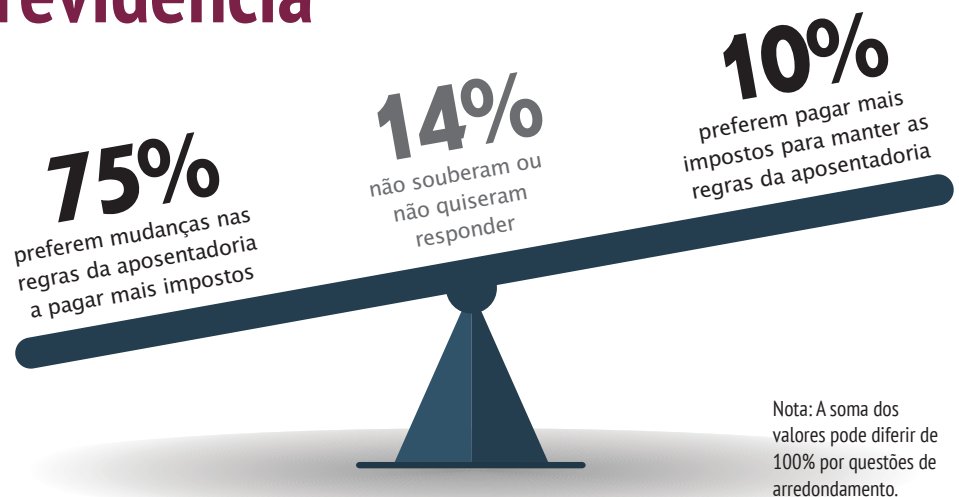
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

## Cresce o apoio a medidas de reforma da previdência

Os brasileiros começam a tomar consciência dos problemas que a previdência pública apresenta. Essa consciência pode ser verificada no apoio da maioria da população à idade mínima para aposentadoria e no aumento do apoio ao fator previdenciário. Verifica-se também que a população vem considerando idades mais avançadas como ideais para aposentadoria.

A maioria dos brasileiros concorda que as regras para aposentadoria deveriam ser as mesmas para todos, sem diferenciais de idade, de tempo de contribuição ou diferenças entre o valor máximo de aposentadoria. As propostas que contam com maior apoio são a igualdade entre mulheres e homens (62%) e entre professores do ensino fundamental e médio e outras categorias profissionais (65%). Metade da população aprova a igualdade de condições entre trabalhadores urbanos e rurais.

Sobre as mudanças de regras nas pensões, a maioria dos brasileiros concorda que as pensões sejam concedidas conforme a



renda familiar e a quantidade de dependentes menores de idade. Cerca de metade concorda em impedir o recebimento de pensões por pessoas que já recebem aposentadoria. Há uma grande rejeição à proposta de limitar as pensões de acordo com a idade do(a) viúvo(a).

Entre os brasileiros, 85% não estão dispostos a pagar mais impostos para manter as regras previdenciárias atuais. Entre pagar mais impostos e mudar as regras da previdência, 75% preferem enfrentar mudanças nas regras de aposentadoria: 39% afirmam que as mudanças devem ser para todos, 24% que as mudanças devem atingir apenas quem ainda não contribuiu para a previdência e 12% que as mudanças devem valer para quem já contribuiu, mas ainda não se aposentou.

Caso não seja possível aumentar impostos para manter as regras da previdência, os brasileiros preferem que os cortes de gastos sejam realizados em programas sociais (26%), investimentos em infraestrutura (22%) e, em menor grau, em seguro desemprego (11%). Apenas 7% afirmam espontaneamente que o governo deve gastar menos com o pagamento de aposentadorias e pensões. Cabe ressaltar que tanto o aumento de impostos quanto a redução de gastos em outras áreas são medidas que amenizam o problema apenas no curto prazo e que apenas a mudança nas regras da aposentadoria garante a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro no médio e longo prazos.

## APOSENTADORIA E DEMOGRAFIA

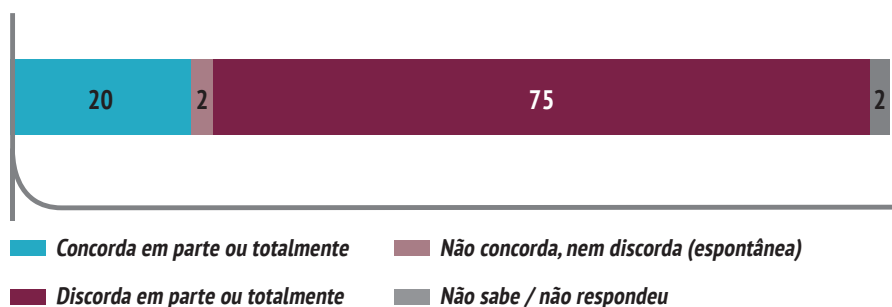
# Maioria dos brasileiros discorda que por conta do envelhecimento da população é necessário se aposentar cada vez mais tarde

Três em cada quatro brasileiros discordam que por causa do envelhecimento da população é necessário que as pessoas se aposentem cada vez mais tarde. Apenas 20% concordam total ou parcialmente com a afirmativa.

Isso sinaliza que as pessoas não compreendem que o envelhecimento da população aliado à baixa natalidade tem um grande impacto negativo sobre o sistema previdenciário brasileiro, no qual as aposentadorias dos que já estão aposentados são pagas pelas contribuições da geração que está trabalhando.

*Com as pessoas vivendo até idades mais avançadas, é necessário que as pessoas se aposentem cada vez mais tarde*

Percentual de respostas (%)



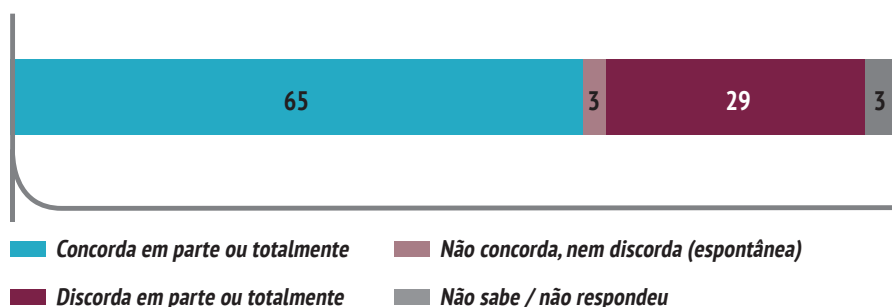
## Estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria é apoiada por mais de 60% da população

Apesar do alto índice de discordância com a necessidade de se aposentar cada vez mais tarde devido ao o envelhecimento da população, a maioria dos brasileiros reconhece a necessidade de se estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria: 65% concordam total ou parcialmente com a necessidade de se estabelecer uma idade mínima.

O apoio à idade mínima é maior entre as pessoas com renda familiar superior a cinco salários mínimos (73%) e com nível superior (72%). O percentual dos que concordam com a mudança se reduz entre as faixas etárias mais velhas. Enquanto 68% das pessoas de 16 a 24 anos apoiam a medida, o percentual cai para 61% entre a população que tem mais de 55 anos.

*Com as pessoas vivendo até idades mais avançadas, é necessário estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria*

Percentual de respostas (%)



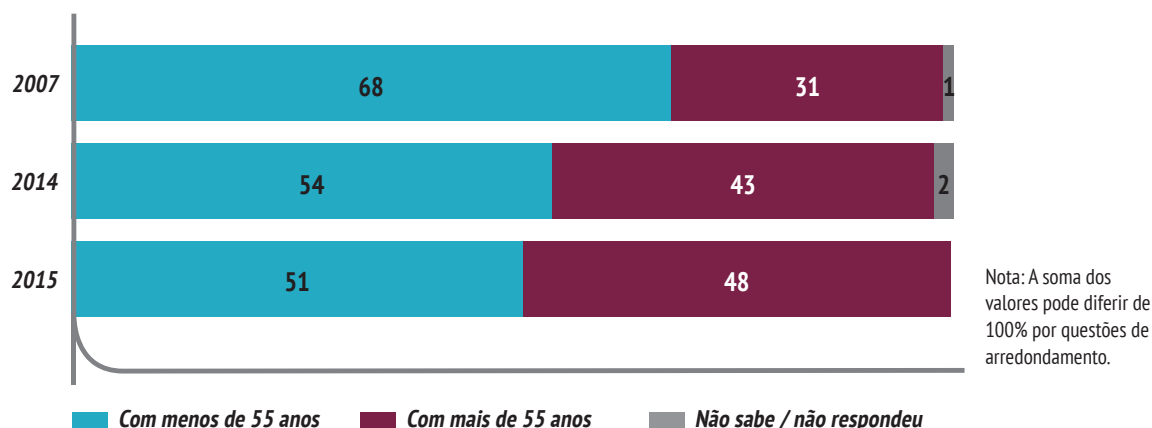
## Aumenta a percepção entre os brasileiros de que a aposentadoria deveria ocorrer em idades mais avançadas

O percentual da população brasileira que entende que a idade ideal para as pessoas se aposentarem é superior a 55 anos atingiu 48% em 2015. Nas pesquisas realizadas em 2007 e 2014 esses percentuais foram, respectivamente, de 31% e 43%.

A parcela dos brasileiros que entendem que a aposentadoria deve ocorrer a partir dos 60 anos subiu de 8%, em 2007, para 17%, em 2015.

### Idade com a qual uma pessoa deveria se aposentar

Percentual de respostas (%)



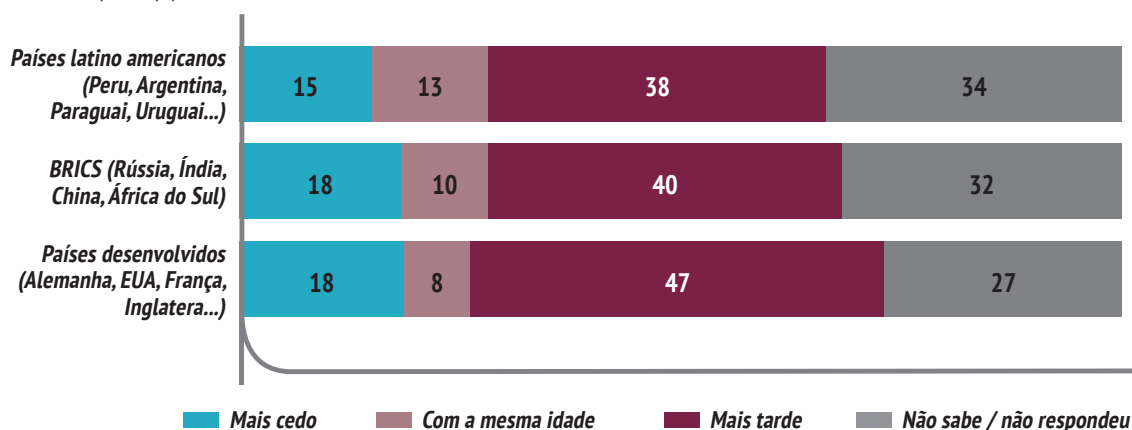
## Brasileiros têm a impressão errada de que no Brasil se aposenta mais tarde que em outros países

Em 2012, a idade média de aposentadoria dos homens no Brasil foi de 59,2 anos, média que foi alcançada após a implementação da regra 85-95, que elevou a idade de aposentadoria com a promessa de eliminar o fator previdenciário. Entretanto, apesar de se aposentar mais cedo, 47%

dos brasileiros acreditam que se aposentam mais tarde do que a população de países desenvolvidos. Esse percentual cai para 40% quando consultados sobre aposentadoria em outros países em desenvolvimento (BRICS) e para 38% na comparação com outros países da América do Sul.

### Brasileiros se aposentam mais cedo ou mais tarde que nos seguintes países

Percentual de respostas (%)



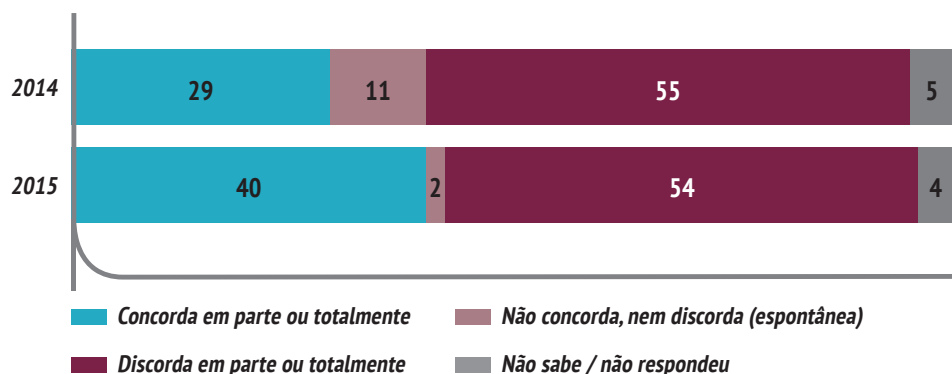
## Aumenta apoio dos brasileiros ao fator previdenciário, embora a rejeição ainda seja grande

Pouco mais da metade (54%) dos brasileiros discorda, total ou parcialmente, da afirmação de que quem se aposenta mais cedo deve receber menos do que quem se aposenta mais tarde. Entretanto,

chama a atenção o aumento do percentual da população que concorda com a afirmação (40%) na comparação com o percentual (29%) encontrado na pesquisa feita em 2014.

### *O valor pago pelo INSS às pessoas que se aposentam mais cedo deve ser menor do que o pago para as pessoas que se aposentam mais tarde*

Percentual de respostas (%)

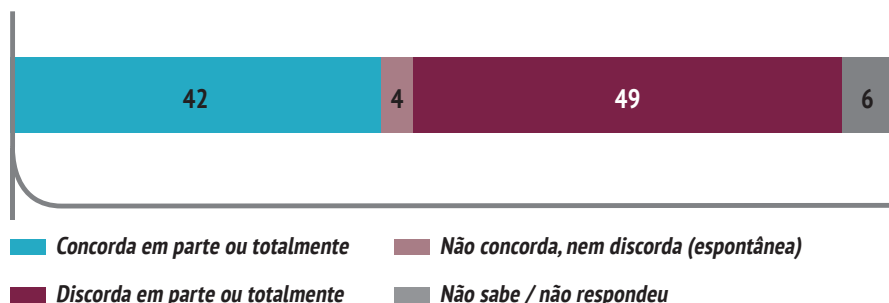


Há uma ligeira prevalência entre a população daqueles que entendem que não é justo que uma pessoa receba aposentadoria por um período superior ao tempo que ela contribuiu para a previdência. Os brasileiros que não acham justo que isso aconteça representam 49% da população e os que concordam são 42%. Os maiores percen-

tuais de pessoas que não acham justo que o tempo de recebimento do benefício supere o tempo de contribuição estão entre aqueles que tem entre 45 e 54 anos (53%), e entre a parcela da população que cursou do 5º ao 8º ano do ensino fundamental (53%).

### *É justo que pessoas recebam aposentadoria por tempo maior do que o tempo que elas contribuíram para a previdência*

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

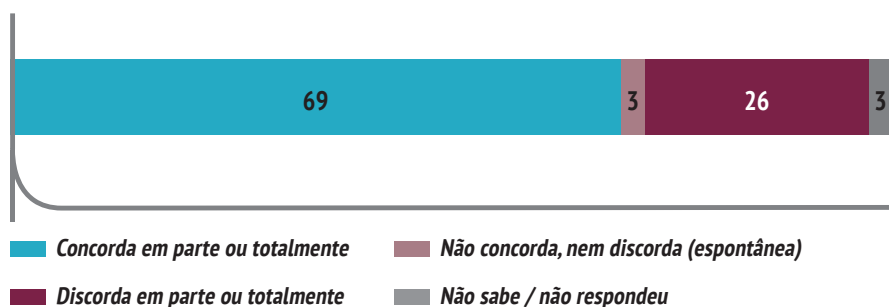
## Quase 70% dos brasileiros apoiam a existência de uma rede de assistência social para idosos de baixa renda

Quando questionados se é dever da sociedade garantir sustento mínimo a todos os idosos de baixa renda, mesmo que nunca tenham contribuído para a previdência, 69% dos brasileiros concordam totalmente ou parcialmente com essa

afirmação. O percentual de apoio à existência de uma rede de assistência social se mantém ao redor dos 70% para todos os cortes (por renda, por idade, por gênero e por nível de educação).

### *É dever da sociedade garantir o sustento mínimo a todos os idosos de baixa renda, inclusive daqueles que nunca contribuíram para a previdência*

Percentual de respostas (%)



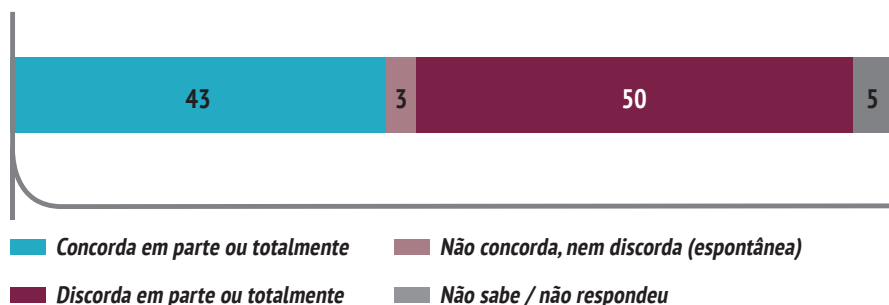
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

A possibilidade de que a garantia de um salário mínimo a idosos de baixa renda, mesmo que nunca tenham contribuído para a previdência, incentive as pessoas a não contribuírem com o INSS não é uma preocupação para grande parte dos brasileiros. O percentual dos que discordam, to-

tal ou parcialmente, que isso possa acontecer é de 50%. Por outro lado, 43% da população concordam que a existência do benefício assistencial de valor igual ao do salário mínimo pode tirar o incentivo para a contribuição previdenciária.

### *A garantia de um salário mínimo a idosos de baixa renda, inclusive daqueles que nunca contribuíram para a previdência, incentiva as pessoas a não contribuírem com o INSS*

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

## REGRAS DIFERENCIADAS PARA APOSENTADORIA

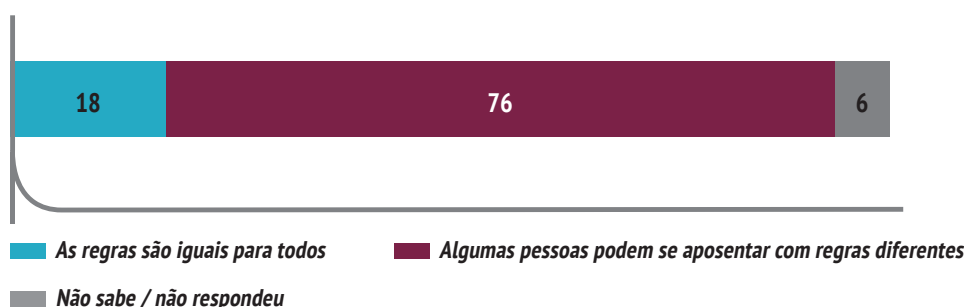
# Maioria dos brasileiros tem conhecimento de que as regras para aposentadoria não são iguais para todos

Três quartos dos brasileiros reconhecem que alguns grupos gozam de regras diferenciadas para aposentadoria, como menor tempo de contribuição para mulheres, professores de ensino médio

de fundamental e trabalhadores rurais, por exemplo. Os que acreditam que as regras são uniformes para todos são apenas 18%.

### Percepção sobre as regras para a aposentadoria

Percentual de respostas (%)



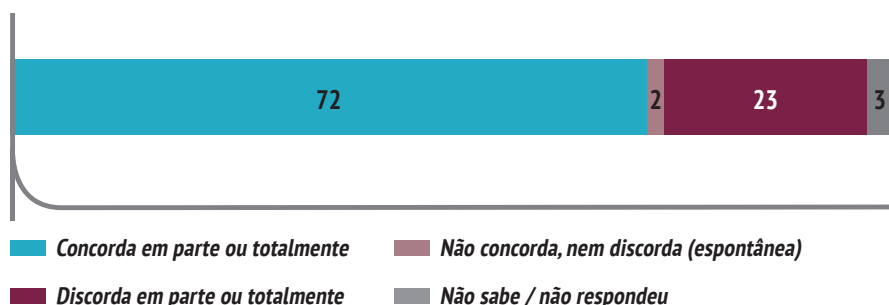
## População apoia a igualdade de regras para aposentadoria na maioria dos casos em que há tratamento diferenciado

Quando questionados sobre o que acham da afirmação de que todas as pessoas deveriam se aposentar seguindo as mesmas regras, 72% dos brasileiros concordaram, total ou parcialmente, com

a igualdade de critérios. Vale ressaltar que não há diferença significativa entre o apoio de homens (74%) e mulheres (71%) a essa afirmação.

### Todas as pessoas deveriam se aposentar seguindo as mesmas regras\*

Percentual de respostas (%)



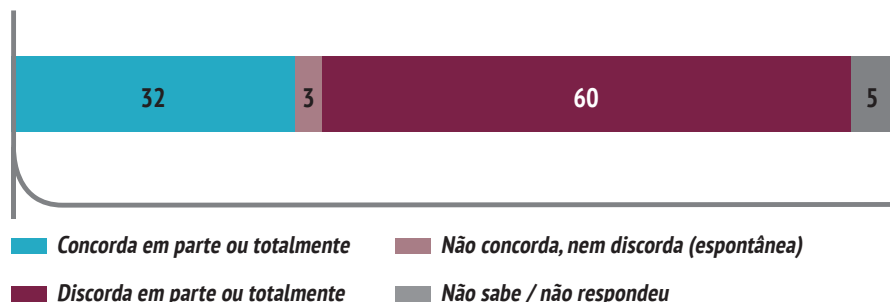
\* Mesma quantidade de anos de contribuição, mesma idade, mesmo valor máximo de aposentadoria.

A preferência da maioria dos brasileiros pela igualdade de regras é corroborada pela discordância de 60% da população em relação à afirmativa “é justo que alguns grupos se aposentem seguindo regras diferenciadas, como idade menor para aposentadoria, menos anos de contribuição, valor de aposentadoria maior, etc”.

Cabe ressaltar que os que concordam totalmente ou em parte com a justiça das regras diferenciadas (32%) é maior do que o percentual que discorda que as regras devem ser as mesmas para todos (23%).

## É justo que alguns grupos se aposentem seguindo regras diferenciadas, como idade menor, menos anos de contribuição e valor maior de aposentadoria

Percentual de respostas (%)

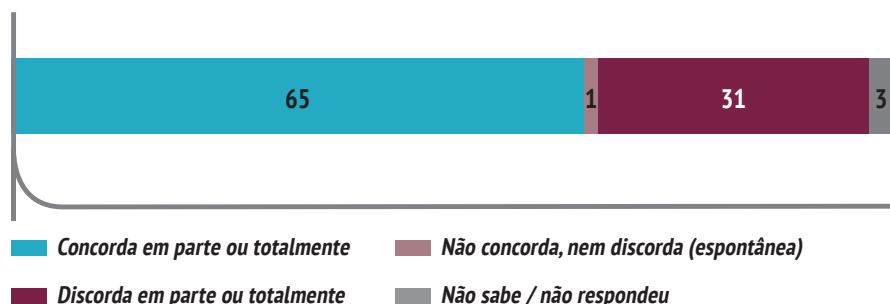


A revisão das regras especiais para aposentadoria de professores dos ensinos fundamental e médio conta com o apoio, total ou parcial, de 65% dos brasileiros.

A aprovação, total ou parcial, da igualdade de regras entre professores e os demais trabalhadores urbanos é maior entre as pessoas que cursaram até o 4º ano do ensino fundamental (68%) e menor entre aqueles que completaram o ensino superior (57%).

## Professores devem se aposentar com o mesmo tempo dos trabalhadores em geral

Percentual de respostas (%)

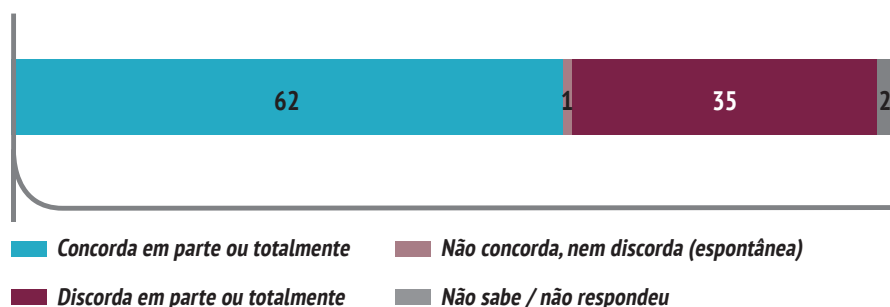


A equiparação das regras de aposentadoria entre homens e mulheres conta com o apoio, total ou parcial, de 62% da população. Chama a atenção o fato de que não há diferença entre o percentual

de mulheres (63%) e de homens (62%) que concordam com a igualdade de regras para aposentadoria entre os gêneros.

## Mulheres e homens devem se aposentar com o mesmo tempo de serviço

Percentual de respostas (%)

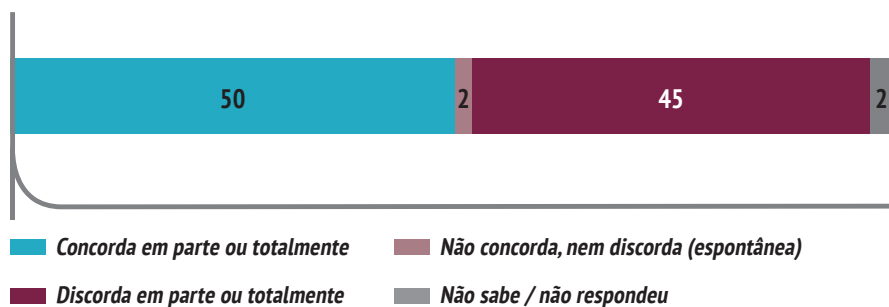


No caso da equiparação das regras entre trabalhadores rurais e urbanos o percentual de apoio, total ou parcial, foi de 50%. Um percentual elevado da população (45%) discorda, total ou parcialmente, da afirmação de que trabalhadores do campo e da cidade devem se aposentar com as mesmas regras.

Nesse caso vale destacar que o apoio à igualdade de regras entre trabalhadores rurais e urbanos é mais elevado entre as pessoas que cursaram até o 4º ano do ensino fundamental (54%) e menor entre aqueles que completaram o ensino superior (45%).

### *Trabalhadores do campo devem se aposentar com o mesmo tempo dos trabalhadores da cidade*

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

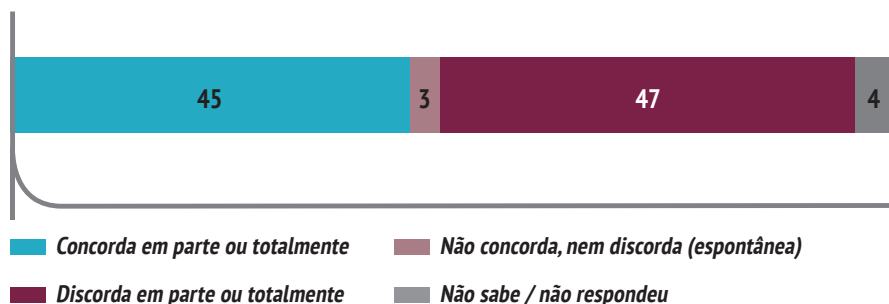
## População se divide quanto ao impacto das regras especiais para alguns grupos no tempo de contribuição

Os brasileiros se mostraram divididos quanto à afirmação de que a existência de regras diferentes e mais favoráveis para determinados grupos levam à exigência de mais tempo de contribuição ou aposentadorias com idades mais avançadas. O percentual dos que discordam, total ou parcialmente, dessa afirmação foi de 47%, ao passo que 45% da população concordam com ela, total ou parcialmente.

A percepção de que as regras especiais implicam em mais tempo de contribuição ou aposentadorias com idades mais avançadas é maior entre as pessoas com renda familiar acima de cinco salários mínimos, entre os quais 53% concordam, total ou parcialmente, com a afirmação. Nesse estrato, 42% discordam dessa afirmação.

### *Regras diferenciadas para alguns grupos fazem o restante da população se aposentar mais tarde e contribuir por mais tempo*

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

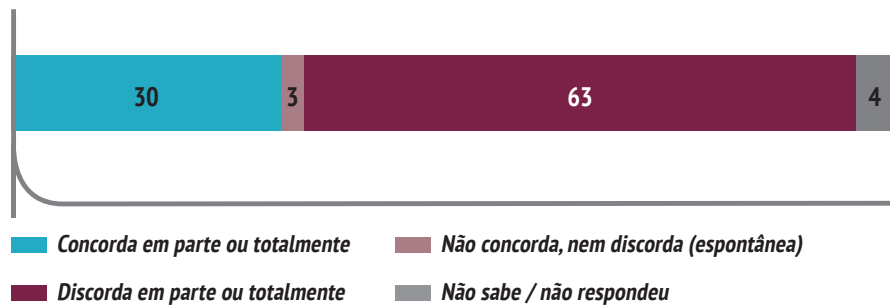


Já quando perguntados se as regras especiais de aposentadoria para alguns grupos se refletem em mais tributos para o restante da população, 63% disseram que discordaram, total ou parcialmente.

A preponderância daqueles que discordam do impacto de regras especiais de aposentadoria no aumento da tributação foi observada em todos os cortes (por renda, por idade, por gênero e por nível de educação).

### *Regras diferenciadas para alguns grupos resultam em mais impostos para o restante da população*

Percentual de respostas (%)



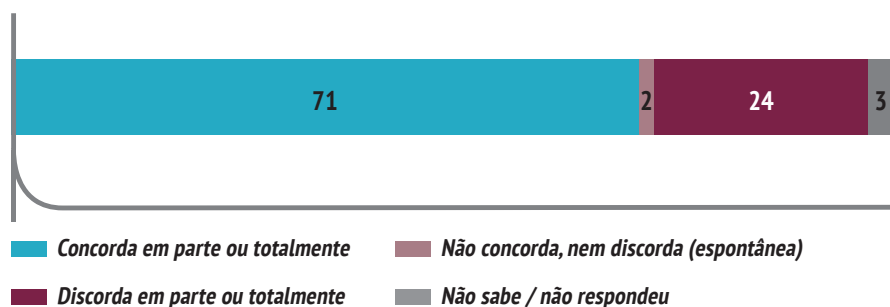
## **Maior parte da população apoia mudanças nas regras das pensões que levem em consideração o nível de renda e o número de dependentes**

O percentual de brasileiros que concordam, total ou parcialmente, que a pensão seja definida em função da renda familiar do beneficiário é de 71%. O apoio

a essa proposição se situa próximo a esse patamar em todos os cortes (por renda, por idade, por gênero e por nível de educação).

### *Viúvos/viúvas deveriam receber pensão do companheiro falecido de acordo com a renda familiar*

Percentual de respostas (%)

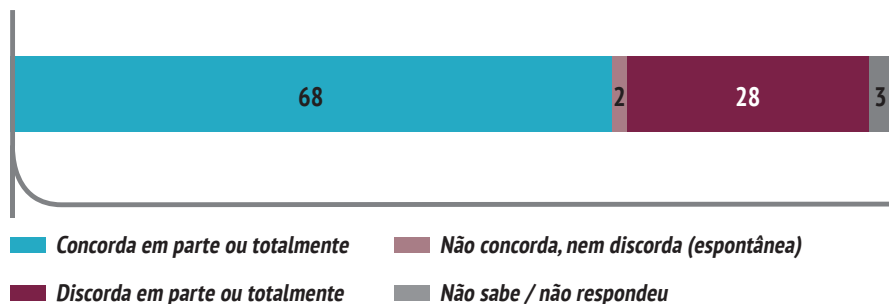


Quando a proposição é que a pensão seja definida de acordo com o número de filhos menores de idade, 68% da população se diz de acordo, total ou par-

cialmente. Chama a atenção o fato de que o apoio à proposição seja maior entre a parcela da população com renda familiar de até um salário mínimo (76%).

## Viúvos/ viúvas deveriam receber pensão do companheiro falecido de acordo com o número de filhos menores de idade

Percentual de respostas (%)



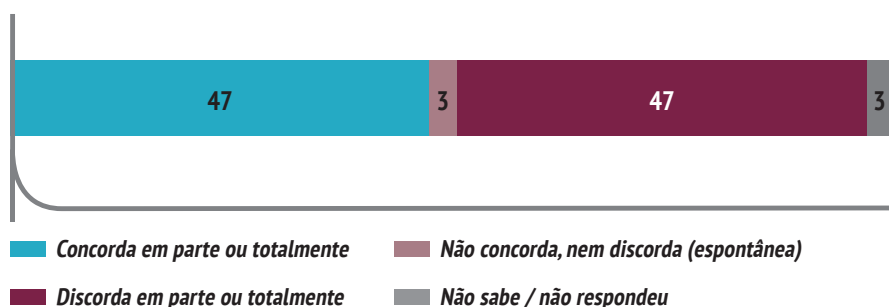
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento

A população se mostrou dividida quanto à proposição de que as pessoas só recebam apenas um benefício do INSS, ou aposentadoria ou pensão. Os percentuais de pessoas que apoiam e o das pessoas que discordam foi exatamente o mesmo (47%). Diferenças apareceram, entretanto, dentro dos

segmentos: os homens apoiam mais a restrição a um único benefício (52%) do que as mulheres (43%). O apoio também é maior entre as pessoas que possuem renda familiar de até um salário mínimo (53%) e entre aquelas com renda familiar acima de cinco salários mínimos (51%).

## As pessoas deveriam receber um único benefício do INSS, ou aposentadoria, ou pensão

Percentual de respostas (%)

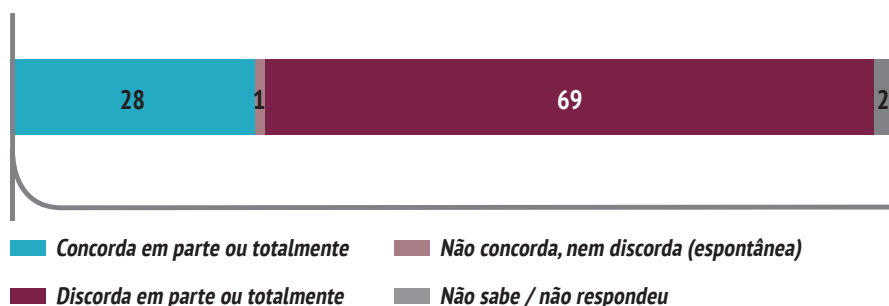


Quando questionados se somente devem ter direito a pensão os beneficiários que tenham idade avançada, 69% dos brasileiros discordaram, total ou parcialmente, da proposta. As mulheres (73%) apresentam maior resistência a essa pro-

posição do que os homens (64%). Os menores percentuais de rejeição à proposição estão entre as pessoas com mais de 55 anos (61%) e entre aquelas que cursaram até o 4º ano do ensino fundamental (62%).

## Viúvos/viúvas só deveriam receber pensão do companheiro falecido se tiverem idade avançada

Percentual de respostas (%)



## DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA E ESCOLHAS

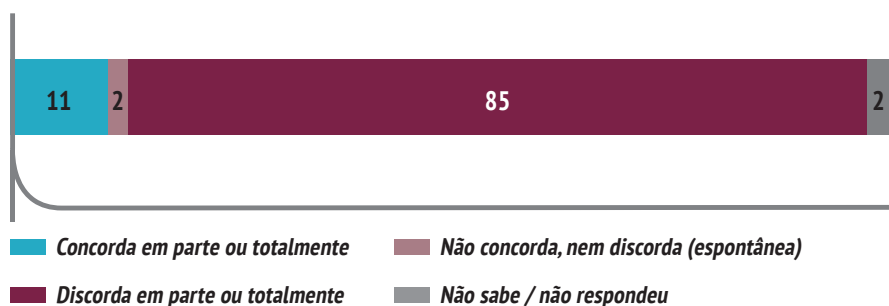
# Brasileiros não aceitam pagar mais tributos para manter regras previdenciárias

Quando confrontados com o déficit nas contas da Previdência Social, a maior parte dos brasileiros não está disposta a pagar mais impostos e aceita mudanças nas regras como solução. Enquanto 85% rejeitam total ou parcialmente o aumento de

impostos para manter as regras atuais, 75% dizem que alterá-las, para os atuais ou futuros segurados, é a melhor opção para solucionar a insuficiência de receitas.

### *Estaria disposto a pagar mais impostos para manter as atuais regras da aposentadoria*

Percentual de respostas (%)



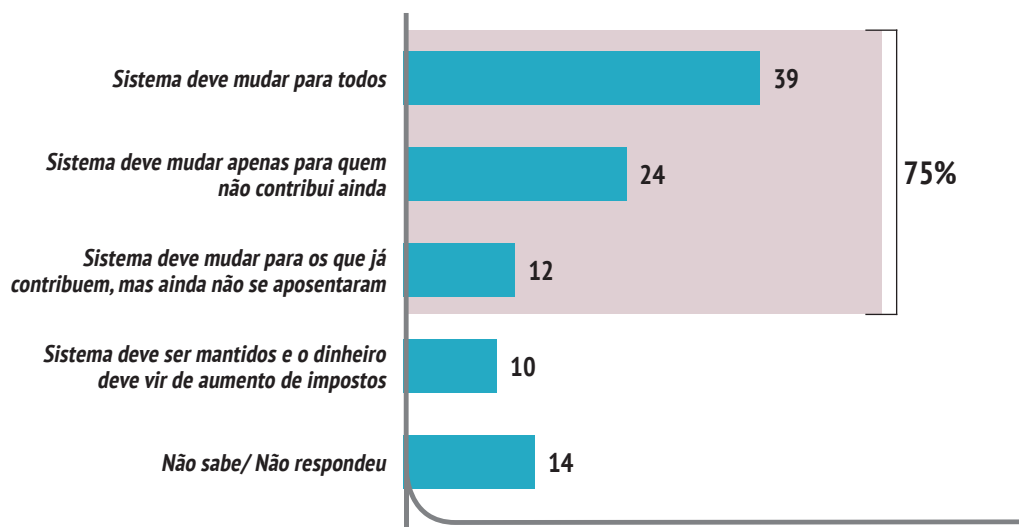
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Quando confrontados com a opção entre mudar as regras da previdência ou pagar mais impostos para manter as regras atuais, 75% dos brasileiros apoia alguma forma de mudança nas regras. Em relação a pesquisas anteriores, a parcela da

população que apoia mudanças nas regras previdenciárias como solução para o déficit tem se mantido constante. Esse percentual foi de 74% em pesquisa feita em 2007 e de 73% na pesquisa de 2014.

### *Melhor opção para resolver o problema de falta de recursos para a previdência*

Percentual de respostas (%)



# Caso não seja possível aumentar impostos, os brasileiros preferem que o governo reduza gastos com programas sociais e investimentos em infraestrutura

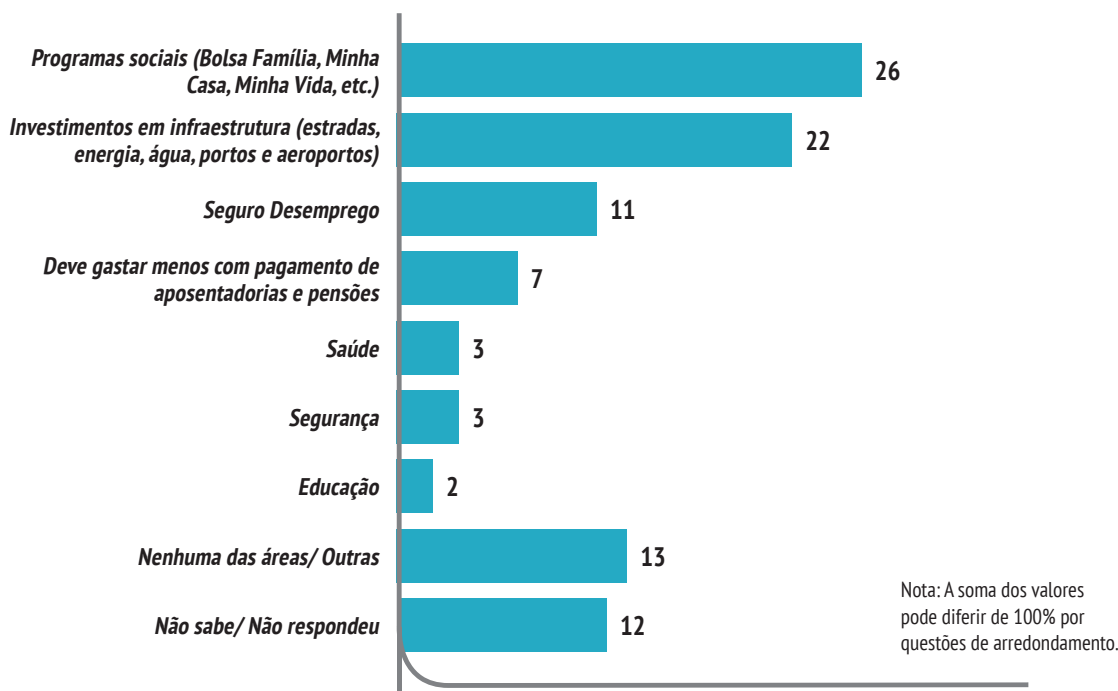
Quando confrontados com a possibilidade de o governo não conseguir aumentar impostos e precisar reduzir gastos, apenas 7% dos brasileiros apontam aposentadorias e pensões como objeto de redução de gastos. As áreas mais citadas como prioritárias para redução de gastos são programas sociais, citados por 26% dos entrevistados, e in-

vestimentos em infraestrutura, citados por 22% dos brasileiros. O seguro desemprego foi mencionado por 11% dos entrevistados.

Educação (3%), segurança (2%) e saúde (2%) foram as áreas menos citadas como candidatas a redução de gastos.

## Caso não seja possível aumentar impostos, em que áreas o governo deve reduzir gastos

Percentual de respostas (%)



É necessário destacar que a redução de gastos em outras áreas não resolve o problema da previdência, cujo déficit é crescente por questões demográficas, como envelhecimento da população e redução da taxa de natalidade.

Dessa forma, a proposta acima trata apenas de um recurso provisório, que permitiria ao país reduzir o atual déficit previdenciário sem aumento de impostos no curto prazo, enquanto se busca aprovar no Congresso a reforma da previdência, que trará solução de longo prazo ao desequilíbrio entre recursos e gastos da previdência.



### Veja mais

Mais informações, outros temas e metodologia da pesquisa em:  
[www.cni.org.br/rsb](http://www.cni.org.br/rsb)



### Especificações técnicas

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência.  
Número de entrevistas: 2.002 em 143 municípios.  
Período de coleta: 04 a 07 de dezembro de 2015.